



Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Alexandre Miguel Cardoso Teles e Francisco Miguel Guerreiro Cabral.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), () e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.



#### **b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Luís Manuel Barreto Leitão, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Marco Filipe Alcaide Barrancos, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira e António Pedro Mano Loução, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, António Miguel da Costa Ferreira e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, conforme documentos registados sob os n.ºs 17 e 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, tendo sido substituído pelo Vogal Ricardo Jorge Tavanéz Iria e o Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído pelo Tesoureiro Luís Alexandre Rosa R. dos Santos Espinho, conforme documentos registados sob os n.ºs 19 e 20, arquivados em pasta anexa à presente ata.

#### **c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Filipa Matos Bonita, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

#### **d) Faltas**

Faltou o Sr. Deputado Nuno Miguel da Costa Gabriel da bancada do CHEGA.



Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

#### **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Informo que temos uma inscrição e recorde que tem o tempo de cinco minutos para fazer a sua intervenção. Chamo o Sr. Rogério Almeida (conforme o documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata).

**Rogério Almeida** – Meu nome é Rogério Almeida, sou munícipe desta cidade, nascido e criado aqui e sou muito orgulhoso do meu setubalêz e de ser um ferrenho charroco e adoro a minha cidade. Costumo dizer que vivo na cidade mais bonita do mundo e se não a melhor cidade do mundo para se viver, por isso vejam o quanto eu amo esta minha cidade. Contudo, hoje sou um cidadão muito preocupado e estou abismado com a reportagem que tive oportunidade de ver no dia 11 e no dia 26 deste mês no canal Now TV.

O que me fez vir a esta assembleia é por não ter tido notícias de quais quer ações feitas pela Câmara, ouvi uns rumores, mas nada de concreto e sendo conhecedor de algumas situações que se passam, mesmo a nível técnico aqui na nossa Península de Setúbal, alerta-me muito o facto de não terem sido tomadas medidas até muito drásticas. Acho que podemos todos falhar como cidadãos e como organismos públicos e eu acho que deveríamos encarar isto com uma grande seriedade.

Não estou aqui a representar nenhum partido, não sou filiado em partido algum e não tenho nada contra ninguém, contudo há algo que me preocupa, eu tenho 4 filhos e tenho família a morar aqui nesta cidade e sei que este problema pode afetar milhares de pessoas aqui no nosso concelho, no nosso distrito. Como é que isso afeta milhares de pessoas? Nós estamos a ver e a ouvir e certamente há muito tempo que há algo que está a ser terrível para a nossa bacia hidrográfica da Península Ibérica, que é uma das maiores que existe na Europa. Senhores e senhoras, vocês não sabem o que está a acontecer ali e se não sabem é melhor que tomem providências para que algo possa ser feito de diferente. Os vossos furos de captação, a água que eu bebo, que os vossos filhos bebem é proveniente daquela bacia hidrográfica. Nós não sabemos até que ponto os nossos lençóis estão a ser contaminados com índices PH, segundo o que ouvi nas notícias, que é de 1, o equivalente a ácido sulfúrico.

Como isto vai afetar a vida de muitas pessoas, acho que o Câmara Municipal de Setúbal e, possivelmente a CCDR e quaisquer outros organismos, já deviam ter tido meios legais e físicos para impedir qualquer descarga naquele terreno. Foram criadas umas lagoas que não estão licenciadas, uma atividade que não está licenciada pelo que eu sei, e isso está a causar graves danos ao ambiente. Mas não é só ao ambiente, minhas senhoras e senhores, não estamos a falar de animais, nem de floresta, estamos a falar de pessoas.

Ouvi dizer na reportagem que é aquela empresa que está a fazer essas descargas ilegais, a que já foi expulsa de uma ETAR industrial de Vendas Novas, já aconteceu o mesmo em Torres Novas, quer dizer, e agora veio para o nosso concelho pela segunda vez fazer descargas ilegais e isto não pode acontecer.

Estamos com um problema, também, muito grave, estamos a permitir que entidades que não estão licenciadas estejam a exercer atividades extremamente perigosas.

Sei que a Câmara Municipal de Setúbal foi a promotora do Parque Industrial da Mitrena, é um dos parques que está certificado para tratamento de resíduos perigosos, não sei se a Câmara Municipal tem algum contrato ou se tem algum terreno no Parque Industrial da Mitrena, mas sei de fonte segura, porque eu trabalhei lá, sei que há uma empresa que se chama CITRI e essa empresa faz descargas parecidas como aquelas numa ETAR que está a cargo da Câmara Municipal de Setúbal.

Como é que eu sei? Porque eu fui uma das pessoas que interveio para fazer as medições de injeção de produtos perigosos na ETAR do Parque Industrial da SAPEC. A CITRI está lá sediada e tem exatamente o mesmo tipo, não posso analisar, não sou engenheiro químico, mas sei que eram matérias extremamente perigosas.

Caros senhores e senhoras, acho que este problema não me afeta só a mim, e acredito que não possa também só me preocupar a mim, e no tempo que me resta vou fazer uma breve analogia, mas é mesmo muito breve.

Imagine-se agora que um grupo de cidadãos, assim um pouco mais tresloucados, decidia ocupar aqui o parque da presidência da Câmara Municipal de Setúbal e todos os dias iam lá 5 a 6 pessoas estacionar no lugar do Presidente ou no lugar do vereador ou no lugar de quem seja, tenho a certeza que este órgão que está aqui representado, com certeza, arranjará um polícia para que tivesse ali a guardar o parque do Presidente da Câmara ou de quem lá põe a viatura. Será que não podemos arranjar através de um protocolo qualquer, pago pela Câmara Municipal de Setúbal, pela Câmara Municipal de Palmela, para que se possa controlar aqueles camiões-cisternas que estão a entrar em terreno que não está licenciado para fazer descargas? Será que a Câmara não tem verba? Possivelmente, podemos incorporar uma taxa na água, ela já é tão cara, mas se calhar para o bem da nossa saúde seria bom incorporar uma nova taxa. Foi só para dar uma ideia.

**Presidente da Mesa** – Creio que há de facto essas ações concretas e como concreto a que a Câmara já tomou e poderá, certamente, ser dada uma explicação ao problema que muito pertinentemente aqui nos trouxe e que tem estado a ser acompanhado pela Câmara também.

**Vice-Presidente da Câmara** – Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Rogério por ter vindo cá. Este é um problema que nós temos vindo a trabalhar já há algum tempo e eu pedia ao Sr. Presidente a autorização, porque as questões que aqui colocou são realmente de uma grande gravidade, inclusivamente ontem tivemos oportunidade de estar novamente no local, e pedia autorização para que a vereadora Rita Carvalho, que tem a área da fiscalização do Urbanismo, pudesse fazer aqui uma cronologia de todos os episódios relevantes e explicar o ponto de situação em que estamos neste momento.

**Vereadora Rita Carvalho** – Respondendo aqui à questão que nos traz o Sr. Rogério, que é, de facto, uma situação muito preocupante de uma atuação ilegal a acontecer no concelho de Setúbal. Como disse, é uma empresa que tem histórico nesta prática e, portanto, conhecida por diversas autoridades e quero deixar aqui expresso uma situação que nos tem, para além de preocupado, levado a ter iniciativas e atuações e eu vou descrevê-las e vou dizer que não vamos desistir enquanto esta situação não for resolvida.

Está em causa uma operação de descarga de resíduos aparentemente tóxicos, tudo indica que sejam tóxicos, a Câmara no momento em que teve conhecimento deslocou-se ao local para verificar a situação, não foi possível a entrada nos terrenos privados, voltou no dia seguinte acompanhada pela PSP e conseguiu entrar nos terrenos. Verificou-se que havia movimentações de terra, uma bacia de retenção, como referiu, e construções precárias que não estão licenciadas. Nessa sequência a Câmara levantou um embargo relativamente àquilo que é o chamado ocupação do uso do solo. Esse embargo foi dado conhecimento ao IGAMAOT, à CCDR, à APA, à GNR, ao proprietário e ao explorador da operação.

Nesse mesmo dia, promovemos uma reunião com a CCDR, porque este tipo de atividade é licenciada pela CCDR e, portanto, a atuação para cessar a atividade é da responsabilidade da mesma entidade que faz o licenciamento e, portanto, urgia a atuação da CCDR. Promovermos uma reunião com a CCDR solicitando a cessação imediata das atividades e disponibilizando-nos, para o caso de considerarem necessário, acompanharmos essa visita e essa atuação ao terreno.

No passado dia 16 de maio, fomos, mais uma vez, ao terreno verificar se a operação se mantinha e mantinha-se, fizemos mais um apelo às entidades competentes da urgência de atuar para cessar esta atividade. Passaram-se 15 dias e ontem voltamos ao terreno e tomámos a iniciativa de colocar uns blocos de betão para inibir o acesso à propriedade de veículos pesados que possam continuar a operação. Esses blocos foram retirados pela empresa e, portanto, vamos reconsiderar a recolocação de blocos, ainda assim, eles serão retirados.

Aquilo que é emergente é uma atuação das entidades competentes e a entidade competente, neste caso, não pode ser mais do que a CCDR que tem de cessar as atividades imediatamente, até prova que, de facto, a operação que está em curso não é uma operação irregular.

Já agora dizer que, por iniciativa dos advogados do explorador, fomos informados que foi levantado uma providência cautelar relativamente ao embargo promovido pelos serviços do município, mas formalmente a Câmara ainda não foi notificada, mas será naturalmente nos próximos dias.

Esta, de facto, é uma situação que nos preocupa, que merece toda a energia de todos os deputados municipais, de toda a população e, portanto, deve ser resolvida com urgência possível pelas entidades que têm responsabilidade.

A Câmara tem feito o que está ao seu alcance para impedir a continuidade desta atuação.

**Presidente da Mesa** – Eu quero dizer que, antes que passe ao lado, adicionalmente a Câmara Municipal, como órgão executivo do município, tem esta competência de tomar as providências práticas e objetivas, a Assembleia Municipal é o órgão que acompanha a atividade dos órgãos municipais, da Câmara e do Município, e tem também uma Comissão de Ambiente.

Esta Comissão de Ambiente chamou, para ser ouvido nesta comissão, as entidades que têm competências nesta área, no próximo dia 4 está acertada uma reunião com a CCDRLVT, que vão prestar o seu depoimento, explicar e dar os seus esclarecimentos quanto àquilo que pode e deve fazer, depois também com o IGAMAOT, que é a inspeção das atividades de Ordenamento do Território, com a Agência Portuguesa do Ambiente e também com a GNR, com o Sr. Comandante do Comando Territorial de Setúbal, porque tem também o SEPNA, que é uma área de policiamento ambiental.

Portanto, quer a Câmara, quer a Assembleia, através do seu organismo interno, estão a mexer em tudo o que é possível mexer para limitar os efeitos imediatamente e depois seguir-se-ão as ações que legalmente sejam devidas por quem de direito para que as possa implementar.

**Vítor Rosa (BE)** – Tinha pedido a intervenção para também prestar essas informações ao munícipe que aqui trouxe estas questões, porque fazendo parte desta Assembleia e da Comissão houve esta necessidade de se promover uma reunião em que se tratasse urgentemente deste assunto e que fosse solicitado esse esclarecimento junto destas entidades, que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia aqui referiu, porque nós como Assembleia Municipal também tivéssemos diretamente neste assunto.

Por isso está agendado esta reunião já para o dia 4, quarta-feira que vem, com a CCDD e, obviamente, compete depois a esta Assembleia fazer chegar essa informação junto dos municípios, nomeadamente aqui ao senhor que aqui nos veio trazer este assunto.

**Maria João Palma (PS)** – Senhor Rogério, o meu nome é Maria João Palma, estou aqui a falar-lhe da bancada do Partido Socialista e assim, como o senhor foi surpreendido por esta reportagem, também todos nós, enquanto cidadãos, que assistimos a essa reportagem e ficamos tremendamente indignados. Nessa altura, já estava marcada uma reunião da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal e, por iniciativa da bancada do Partido Socialista, foi introduzido também este ponto dada a pertinência dessa notícia.

Obviamente, que requer da nossa parte toda a atenção e estaremos também, com certeza, junto da Câmara Municipal e em representação desta Assembleia Municipal e envidar todos os esforços ao nosso alcance para que este assunto seja esclarecido e cessado o quanto antes.

**Afonso Luz (CDU)** – Relativamente a esta questão, gostava de referir que é para mim um caso de polícia, antes de mais. Isto é uma empresa que sai de Torres Novas exatamente pelos mesmos motivos pelos quais se vai depois instalar em Vendas Novas.

Na inauguração desta empresa, em Vendas Novas, esteve presente ou teve honras da presença do Secretário de Estado, na altura do Partido Socialista, depois, como é natural, com a presença do Presidente da Câmara, etc., numa grande festa por aquela empresa se ir instalar em Vendas Novas. Passado pouco tempo, aquela empresa estava a estourar, passo o termo, com a ETAR de Bombel, e a partir daí a própria Câmara de Vendas Novas tomou medidas para que os resíduos não fossem depositados através da ETAR que existe no Parque Industrial.

Ora, sei que houve contactos e penso que ainda esta empresa fez uma descarga ou duas na SIMARSUL, portanto, houve contactos. Os produtos que lá foram depositados não correspondiam àquilo que tinha sido contratado e, também, iriam causar prejuízos se não fosse travado o processo. Iriam causar prejuízos graves à SIMARSUL e como recurso, esta empresa resolveu vir aqui para o Parque Industrial de Poçoilos depositar para ali os resíduos clandestinamente.

Não sei, de facto, não se compreende porque é que as entidades oficiais não tomam medidas rapidamente, agora, parece-me, estou mesmo convencido de que há aqui uma questão política por resolver. Já agora e sendo direto, a pessoa que se apresenta como Diretor do Ambiente da empresa esteve sentado aqui nesta Assembleia, pelo menos no mandato em que eu estive também, eu estava pela CDU e ele estava pelo Partido Socialista.

**Rui Lamim (PSD)** – Setúbal tem um conjunto de atividades industriais, muitas delas com um passivo ambiental muito significativo.

Esta sala está especialmente barulhenta neste momento.

**Presidente da Mesa** – Atenção, atenção! Deixam ouvir a intervenção, por favor.

**Rui Lamim (PSD)** – Todas estas atividades industriais, que nós temos no concelho de Setúbal, funcionam dentro dos parâmetros previstos na lei e o que nós temos aqui é uma atividade industrial, é uma atividade comercial ou uma atividade pura e simplesmente que não está a cumprir aqueles que são os parâmetros previstos na lei. Esta empresa é já, infelizmente, uma nossa velha conhecida, será a mesma que fez as tais descargas numa vala ali para a zona do Sado.

O que se passa é que este tipo de velho conhecido age mais rápido do que aquilo que são os parâmetros de rapidez e de execução e de eficácia dos vários organismos públicos e cabe-nos a nós, enquanto organismo fiscalizador do Município, mas também de outras formas através do SEPNA, pressionando o SEPNA, entrevistando a APA e entrevistando a CCDR, a fazer com que esses organismos cumpram o seu dever para que a situação, que eu acho extremamente preocupante, porque trata-se, provavelmente, de um resíduo que não sei qual é o grau de perigosidade, mas nós temos um lençol freático, que como disse, é o maior da Península Ibérica aqui e do qual nós bebemos água.

**Paulo Lopes (PS)** – Depois da intervenção do Senhor deputado Afonso Luz, eu não poderia ficar calado, porque a insinuação numa situação destas é de uma extrema gravidade e independentemente de quem passou pela bancada do Partido Socialista, que agora ocupa outras funções e que nada tem a ver com as funções de autarca, é o mesmo que dizer que os ex-autarcas do PCP, que agora dizem tão mal da atual gestão do PCP, têm alguma responsabilidade com aquilo que os senhores fazem, deixaram de fazer, vão fazer no passado, etc..

É um tema tão sensível como este e vejo aí alguns deputados municipais a abanarem que não com a cabeça, mas a realidade é esta, foi feita aqui uma acusação e foi feita aqui uma insinuação de que haveria, eventualmente, alguma ligação do Partido Socialista. A única ligação, que se eu quiser entrar nesse campo das insinuações, é que uma das empresas que é sócia do terreno, é sócia da empresa que está lá a explorar ou a despejar os óleos, as águas ou que lá está a ser despejado, é uma empresa que tem um ajuste direto com a Câmara de Setúbal.

Ah, o senhor não sabia? Então tem de se ir informar. Ah, sabia, mas isso omitiu. É a mesma coisa, não tem nada a ver, senhor deputado, não tem nada a ver, mas o senhor quis fazer aqui um achincalhamento que agora caiu em cima de si, curiosamente. Vergonha alheia da sua intervenção.

**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, estamos-nos a afastar do tema, o tema não é, de facto, a continuação de uma campanha eleitoral que já terminou e pedia contenção. Se vamos entrar em troca de galhardetes, passo a expressão, em termos partidários, afastamo-nos do tema que é a poluição.

**Afonso Luz (CDU)** – É mesmo para dizer que eu acho que a CDU não nega responsabilidades relativamente a coisíssima nenhuma que tenha sido praticado por quem for em nome da CDU.

Relativamente a esta questão concreta, eu acho que estamos aqui a misturar duas coisas, uma é a empresa ser sócia e ter um contrato com a Câmara de Setúbal, a outra coisa é a prática em concreto que está a ser levada a cabo aqui na zona Industrial de Poçoilos.

**Presidente da Mesa** – Uma coisa são as empresas, são os donos das empresas, outra coisa são os partidos e até que se prove que haja alguma conexão, nós não usamos isso como argumento. Julgo que estamos todos de acordo disso.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente, se me permite, eu que ando aqui há trinta e tal anos, considero inadmissível e estava longe de mim pensar que daquela boca alguma vez saísse uma insinuação desta natureza. Porque alguém, e era bom que dissesse o nome, porque alguém que terá sido há não sei quanto tempo, eu não sei quem é e estou a falar sem saber quem é, que terá sido eventualmente membro desta bancada, passou por aqui e passados estes anos vem insinuações de que o Partido Socialista tem alguma uma coisa a ver. Ó deputado Afonso, foi baixo demais, o nível desceu tão baixo que nunca esperei isso.

**Presidente da Mesa** – Este assunto está encerrado, está feito o esclarecimento possível. Senhores deputados este assunto faz parte do período de intervenção do público, muito oportuna, teve os esclarecimentos que poderia ter tido da parte do executivo, da parte da Assembleia a discussão lateral sobre isto... Pronto, está bem, ok, todos disseram o que tinham a dizer.

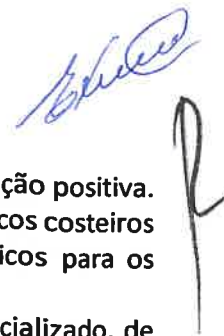
## **B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 20/2025/AM – Deliberação CM n.º 258/2025 – Adesão da Câmara Municipal à Associação adapt.local – Rede de Município para a Adaptação Local às Alterações Climáticas**

**Alexandre Teles (PSD)** – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PPD/PSD, do BE e da IL e a abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

**Vítor Rosa (BE)** – Uma dúvida que se nos coloca em relação a esta deliberação, qual a necessidade de aderir a mais uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, quando temos a ENA, o IPS, entre outras entidades, já a dar apoio nestas matérias. Quando, em certos momentos, de discussão nesta Assembleia sobre estas mesmas matérias a oposição apresenta recomendações, sugestões e propostas que, por norma, são recusadas é invocado que o executivo e a bancada da CDU estão a fazer um excelente trabalho, não havendo necessidade de incorporar essas propostas. Também é notória a fraca adesão de municípios a esta associação, em 308 apenas 20 fazem parte dos sócios efetivos. Afinal, é preciso continuar a abrir espaço a novas propostas e a novas oportunidades. Mesmo com estas dúvidas votaremos a favor desta deliberação.

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – Esta intervenção serve para enaltecer o trabalho do GADSEA que tem desenvolvido, não só agora, mas ao longo de todo o mandato, um trabalho determinante para que Setúbal esteja inscrito num grupo restritíssimo de 42 municípios, nos quais são preenchidos pelo menos 5 requisitos ambientais que nos permitem estar confortavelmente instalados no grau mais alto que pode ser, desde já, consultado por todos no [WWW.GET2C \(https://get2c.pt/cooler-world/mapa-da-acao-climatica.municipal/\)](https://get2c.pt/cooler-world/mapa-da-acao-climatica.municipal/). Esta adesão é, sem sombra de dúvidas, não só mais um marco que inscreve Setúbal neste mapa, mas, acima de tudo, um abrir de novas ferramentas para estes trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que vão poder trabalhar em grupo e em rede, confrontar práticas e melhorar ainda mais o seu trabalho. A bancada da CDU não poderia de deixar uma saudação a todos aqueles que estão a fazer isto acontecer e em nome dos nossos filhos e de todos aqueles que vão no futuro escolher Setúbal para viver, gostaríamos de deixar um profundo agradecimento.



**Flávio Lança (IL)** – A proposta de adesão à adapt. local merece, do nosso ponto de vista, uma avaliação positiva. O Município de Setúbal enfrenta desafios concretos em matéria de alterações climáticas, desde riscos costeiros até ondas de calor urbanas e é essencial que disponha de instrumentos técnicos e estratégicos para os enfrentar.

A adesão a esta rede, com um custo simbólico, permite ao Município beneficiar de apoio especializado, de financiamento e troca de experiências com outros municípios, ao mesmo tempo, mantém-se a autonomia local na definição das soluções.

Esta proposta respeita os princípios que defendemos, os eficientes recursos, responsabilidade na governação local e a capacidade técnica sem aumento de despesa estrutural, por isso, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente esta deliberação.

**Francisco Cabral (PSD)** – O PSD, naturalmente que acompanha esta proposta, esta adesão, porque faz sentido pensar a política pública e faz sentido pensá-la em rede e só assim é que também podemos promover um maior desenvolvimento sustentável do nosso Município. Aliás, caminho esse que o PSD também tem procurado aqui fazer na Assembleia Municipal e em reunião de Câmara, através da apresentação de várias propostas, nomeadamente na questão da mobilidade, por exemplo, na criação dos corredores de mobilidade leve e na segurança dos utilizadores dessa mobilidade leve e sustentável. Pensemos na questão da Carris Metropolitana, nas preocupações que temos levantado, também na questão da implementação dos refúgios climáticos.

Há aqui várias temáticas que o PSD acompanha e acha preocupante e, portanto, consideramos que este é um caminho que deve ser feito e deve ser feito em conjunto e é este exercício que propomos fazer.

**Vice-Presidente da Câmara** – Senhores deputados só quero dizer que esta proposta vem no sentido de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e este convite que a Câmara Municipal teve para integrar esta plataforma foi para nós um motivo de grande orgulho.

Nós participámos no ano passado a convite da rede numa conferência que teve lugar no Município de Lagos e que juntou especialistas e autarcas do país inteiro e fomos convidados, mesmo não sendo membros, para falar da nossa experiência. Isso, como é óbvio, levou o nome de Setúbal naquilo que são as boas práticas ambientais, também na possibilidade de aprendermos com outros municípios que já têm uma estratégia nesta área já muito bem consolidada e estamos em crer que a nossa opção de pertencer a esta rede vai trazer benefícios a Setúbal e vai trazer benefícios ao nosso município e aos nossos municípios.

Tudo aquilo que temos vindo a fazer não anula a integração desta rede, portanto, nós continuaremos a trabalhar com as outras entidades, porque cada uma tem as suas competências e tem as suas funções e achamos que realmente esta rede é uma mais-valia muito grande e por isso propomos a adesão do Município à mesma.

**João Fidalgo (PS)** – Senhor Presidente, peço escusa na votação por motivos profissionais.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

## **2. Deliberação n.º 21/2025/AM – Deliberação CM n.º 319/2025 – Aprovação do Mapa da Demonstração de Desempenho Orçamental do ano 2024 | Integração do Saldo da Gerência | 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

**Vítor Rosa (BE)** – A legislação autárquica prevê, para as situações pouco comuns, de reprovação do orçamento municipal, a incorporação do saldo do exercício anterior, o que ocorre no caso em apreciação, mantendo-se contudo, as escolhas, orientações e prioridades que estiveram na base da nossa anterior votação sobre matéria orçamental e o Bloco não votará favoravelmente a deliberação agora em apreciação.

Como nota final, ficamos também com a preocupação quanto aos custos apresentados relativamente aos custos judiciais na ordem de perto de meio milhão de euros em que a informação sobre estes custos a Assembleia é diminuta.

**Mário Aranha (PS)** – Fazer só aqui um pequeno enquadramento, nós hoje o que vamos votar foi um excedente de execução orçamental, um excedente de tesouraria que, em circunstâncias normais seria incorporado no orçamento de 2025, como estamos a funcionar com o orçamento de 2024 a utilização deste excedente tem de ser aprovado aqui pela Assembleia Municipal.

Este é só um pequeno exemplo das vantagens da descentralização e do poder local democrático, há muito mais escrutínio, há muito mais discussão e decisões importantes que são deliberadas por muitos representantes dos setubalenses, mais centralização, mais democracia, mais descentralização nas câmaras e nas comunidades intermunicipais, melhor investimento público.

Referindo aqui ao assunto que nós estamos a deliberar, não há nada a dizer relativamente ao saldo de gerência que decorre do adiantamento do PRR que precisam de ser utilizados, mais uma vez aqui temos de referir que o PRR para Setúbal é um PRR falhado, é um PRR que não combate as alterações climáticas, não vai modernizar a estrutura económica do concelho, não constrói uma única casa a custos controlados ou em renda apoiada e deixa completamente abandonado Azeitão e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Contudo, individualmente nós somos um partido responsável nunca poderíamos votar contra isto, seriam umas verbas que seriam perdidas, até porque como também temos dito bastas vezes aqui nesta Assembleia e fora dela, obviamente que temos de concordar com praticamente tudo aquilo que é feito, embora o PRR de Setúbal, cerca de 80/85% resume-se à reconstrução de habitação dita social. Portanto, nesse aspeto não teremos nada contra, mas, obviamente, não poderíamos votar a favor e nessa componente abstermo-nos.

Quanto à utilização do saldo normal, de cerca de 2 milhões e meio, seria uma situação quase administrativa, mas verificando com mais precisão aquilo no qual vai ser utilizado este excedente é bastante preocupante. Isto porquê? Porque até vem aqui referido que parte destas verbas vão ser utilizadas para, passo a citar, *“reforço de encargo com juros de injunções e outras para inscrição de compromissos associados a juros de mora decorrentes de processos judiciais transitados em julgado”* e ainda outro ponto que tem a ver com a *“inscrição de dotações relativas a sentença de processos judiciais”*. Só para referir que injunção é quando uma empresa, uma instituição ou uma pessoa deve dinheiro a alguém e isso vai a tribunal e essa dívida para ser cobrada, vai à injunção para que depois tomem medidas, como por exemplo, congelamento de contas, portanto, a nossa Câmara já chega a este nível de perder processos em injunção.

Ora, isto decorre de uma grande desorganização administrativa, porque os juros de mora são pagos quando nós nos atrasamos a pagar determinadas contas, ou seja, nós estamos a atrasar e ainda vão crescer mais juros e estamos aqui a desbaratar completamente o dinheiro dos contribuintes setubalenses.

Estava inscrito inicialmente cerca de um milhão e quinhentos mil euros e vão ser gastos mais 500 mil euros só em juros de mora, ora, isto é uma situação perfeitamente inadmissível e que tem de acabar. Obviamente que pode haver aqui uma aliteração, um processo numa obra que depois corre mal e depois vai-se a tribunal e perde-se, com certeza, mas dois milhões?

Como é que podemos chegar ao pé de famílias que estão sem casa e dizer que não temos verbas para pagar a renda, para ter aqui uma situação urgente e depois gastamos 2 milhões de euros em juros de mora, porque a máquina da Câmara não paga as contas a tempo e horas? Como é que isto é possível? Como é que nós temos de chegar aos nossos clubes, às nossas instituições, porque também há aqui uma verba muito engraçada de cerca de 8 mil euros que tem como designação *“outros”* e ninguém sabe para onde é que vão estes 8 mil euros. Que 8 mil euros é que são estes? Como é que nós podemos chegar, por exemplo, a um clube que precisa de transportes e a Câmara diz que não tem dinheiro e depois vai gastar 8 mil euros e ninguém sabe onde. Eu posso aqui citar qual é o número da conta para que as pessoas em casa consigam saber daquilo que nós estamos a falar.



Há um departamento que chama Direção Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos, outras despesas correntes, outras, outras. O que é isto? Oito mil euros? Onde é que vocês vão gastar 8 mil euros? Outras, outras, e depois chegamos às pessoas e dizemos que a Câmara não tem verbas para isto, a Câmara não tem verbas para aquilo. Claro que 8 mil euros no orçamento de 150 milhões é uma gota no oceano, mas gota a gota forma-se o mar, o mar formou-se gota a gota e são este tipo de despesas que nós temos de acabar. A bancada do PS vai-se abster, porque somos uma bancada responsável, não queremos causar mais problemas à Câmara, porque se não pagar estes juros de mora ainda vão acrescer mais juros de mora, com o compromisso firme que a partir de outubro estas situações vão acabar.

**Flávio Lança (IL)** – Esta proposta devia ser um exemplo de responsabilidade financeira, mas, na verdade, é um exemplo de má governação. O saldo de gerência de 4,9 milhões de euros não resulta de eficiência, resulta de sob execução. É o reflexo de um município que prometeu e não executou habitação, reabilitação urbana, mobilidade, áreas críticas com execução fraca ou nula.

E o mais grave, em vez de corrigir esta falha de execução na habitação com os recursos disponíveis, o executivo propõe agora um empréstimo de 4,5 milhões de euros a 30 anos com carência de 3 anos. Primeiro, não executam, depois pedem um empréstimo para fazer o que deixaram por fazer.

Esta modificação orçamental serve, também e está lá inscrito, para orçamentar o financiamento da aquisição de 24 imóveis, proposta que discutiremos a seguir, mas convém esclarecer desde já que estes imóveis já estão ocupados por famílias da Quinta da Parvoíce, realojadas ao abrigo do programa Porta de Entrada. O Município já os arrendava e agora vai comprá-los ao mesmo fundo privado que detinha.

Parece que o fundo não quis renovar os contratos de arrendamento, mas por que razão não foi possível esta renegociação? Que condições foram recusadas? Foi mesmo tentada outra solução, que não a compra?

O Município afirma que estes imóveis, mais tarde, passarão para renda acessível, mas também não percebemos critérios de acesso ou valores.

Por tudo isto, a Iniciativa Liberal votará contra esta deliberação, porque Setúbal merece planeamento, transparência e responsabilidade não improvisos caros e incoerentes.

**Presidente da Mesa** – Nesta proposta está incluída a 4ª modificação dos documentos provisionais, julgo que era essa alteração orçamental que se estava a referir, mas o senhor deputado...

**Flávio Lança (IL)** – Não estou a perceber Sr. Presidente, desculpe.

**Presidente da Mesa** – Nesta deliberação, “*Aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, Integração do Saldo de Gerência e 4ª Modificação aos Documentos Previsionais*” estava-se o senhor deputado a referir, mas começou depois a intervir sobre os empréstimos para os 24 fogos, que é a proposta seguinte.

**Flávio Lança (IL)** – Mas é que nessa proposta tem lá receitas com passivos financeiros que aumenta quatro milhões, oitocentos e quarenta e seis, e foi nesse sentido que eu falei. Está lá na página o aumento do passivo, não vem no início, mas vem nos mapas.

**Afonso Luz (CDU)** – Só para dois esclarecimentos. O primeiro é que a aprovação do saldo de gerência orçamental pela Assembleia Municipal é sempre feita, sempre foi feita nesta Assembleia como em todas as outras do país, independentemente dos documentos de prestação de contas serem aprovados ou não, portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Depois, pelo menos nos documentos que nos foram distribuídos, dizem que existe aqui um reforço de 8 mil euros, que diz expressamente que se destinam à Direção Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos, portanto, de facto, está numa rubrica “outras” da despesa corrente, mas diz aqui claramente a que é que se destinam.

**Luís Maurício (CH)** – Chegámos a um ponto intolerável, a Câmara de Setúbal continua sem esclarecer o saldo de gerência com transparência e o rigor que os setubalenses merecem. Isto é inadmissível!

Estamos a falar de dinheiro público, de recursos que pertencem aos cidadãos e é verdade que ninguém sabe ao certo onde está, quando e nem como está a ser usado o saldo de gerência. A informação é vaga, parcial e, por vezes, contraditória.

É preciso dizê-lo com todas as letras, há uma clara falta de responsabilidade política e uma cultura de opacidade instalada neste executivo, é isso que levanta suspeitas legítimas. O que está a ser escondido? Porque é que a Câmara foge à Prestação de Contas? Exigimos transparência total com números concretos, documentos acessíveis, respostas objetivas, não aceitamos mais desculpas, omissões ou jogos de bastidores, os municípios não são tolos e não podem continuar a ser tratados como tal.

A Câmara de Setúbal não é propriedade de quem governa de forma provisória, é uma estrutura pública de serviço à população e, como tal, tem a obrigação de prestar contas, de explicar onde está o dinheiro e como está a ser gerido.

O partido CHEGA não se calará, estaremos na linha da frente para rejeitar todas as ilegalidades e exigir justiça, garantir que a política local volte a ser feita com seriedade, rigor, respeito pelo povo. Setúbal merece muito mais que este manto de silêncio e conivência. Chega de esconder o saldo de gerência, chega de atropelos à transparência, chega de desprezar os setubalenses. A bancada do partido CHEGA vai votar contra.

**Vice-Presidente da Câmara** – Senhor Presidente, penso que não foi assim colocada nenhuma questão específica, apenas foram vertidos aqui os argumentos de cada uma das bancadas. O senhor deputado Mário Aranha tentou dar uma aula de economia, mas eu confesso que ainda fiquei mais baralhada com a sua aula do que quando li os documentos.

Aquilo que quero deixar claro, é que esta Câmara Municipal propôs um Orçamento para poder trabalhar em 2025 e a oposição chumbou. Aquilo que eu quero deixar claro, é que esta Câmara Municipal trouxe o Relatório e Contas e esta oposição chumbou, portanto, dentro desta questão política, o bloqueio está à vista.

Aquilo que nós hoje trazemos aqui é a obrigação de incluir o saldo com propostas para a inclusão desse saldo. Propostas que os senhores ignoraram falar como, por exemplo, a questão da construção da futura escola da Quinta da Amizade.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 2 votos contra, 1 do CH e 1 da IL, e 17 abstenções, 10 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

### **3. Deliberação n.º 22/2025/AM – Deliberação CM n.º 321/2025 – Aquisição de 24 fogos localizados no Distrito de Setúbal**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

**Paulo Lopes (PS)** – O Município de Setúbal aprovou já tarde, em agosto de 2021, a sua Estratégia Local de Habitação e apresentou um ano depois de a maioria dos Municípios Portugueses.

O Partido Socialista tendo viabilizado essa proposta, teve sempre um sentido crítico perante um documento que sempre achámos que ficava aquém das reais possibilidades que eram disponibilizadas. Aliás, sempre alertámos para a necessidade de inclusão na Estratégia Local de Habitação o modelo de aquisição de casas já construídas e à venda no mercado, para colocar no sistema de renda apoiada ou renda acessível.

A CDU, por questões ideológicas talvez, sempre resistiu e desvalorizou esta solução, solução que estava ao seu alcance de forma fácil e eficaz por via do direito de preferência em todas as transações feitas no concelho. Seguramente, que muitas oportunidades para adquirir habitações a preços muito inferiores aos que hoje estamos aqui a aprovar, passaram pela Câmara Municipal, tendo sido ignoradas ou desprezadas, ao contrário do que outras câmaras foram fazendo, algumas comprando a um preço até bastante atrativo e comprando as casas com algumas intervenções que ficavam aptas para a sua utilização e a preços muito inferiores.

Se compararmos o valor mediano de avaliação bancária, euros por metro quadrado, que consta no PORDATA, podemos ver que em 2021 o valor médio no concelho de Setúbal era de 1.271€/m<sup>2</sup>, em 2023 era de 1.678€/m<sup>2</sup>, em 2024, último ano que existe registo no PORDATA, era de 1.821€/m<sup>2</sup>, e decorrido o 1º semestre de 2025 fala-se num possível acréscimo de 5% face ao ano transato, quer isto dizer que o preço do metro quadrado de 2021 para 2024 subiu 43% e o preço do metro quadrado de 2023 para 2024 subiu 25%. Ou seja, se a Câmara Municipal tem iniciado o processo de aquisição de casas mais cedo, após a aprovação da Estratégia Local de Habitação em 2021 ou em 2023, data de assinatura dos contratos de arrendamento, poderia ter poupado cerca de 2 milhões de euros ou 1 milhão de euros respetivamente, ou pelo mesmo montante ter adquirido o dobro das casas.

Este é o custo das vossas decisões em matérias tão importantes. Agora, sai-nos mais caro não resolver o problema em tempo útil e o tempo aqui é de primordial importância, tal como é afirmado na proposta, atendendo à urgência e à natureza das necessidades identificadas. E os senhores sabiam que os contratos de arrendamento terminavam em agosto deste ano, no entanto, não fizeram as contas, não procederam à consulta do mercado imobiliário para poder comparar e saber se estamos a tomar as decisões mais acertadas, o que revela uma má prática, não só em termos de gestão, como em critérios de transparência, com os quais somos confrontados com um facto consumado, não havendo tempo para procurar outras soluções, eventualmente, menos onerosas. Nunca o saberemos.

A CDU em 24 anos de governação, construiu zero casas, zero habitações, tem dado prioridade, no âmbito das candidaturas do PRR, na recuperação do património municipal, não aumentando por isso a oferta e agora a 5 meses das eleições e a deixarem de ser poder vão poder dizer que adquiriram 24 casas, algumas até em Palmela, o que dá uma média de uma casa por ano e isso vai-vos ficar colada à pele. Depois, havia os meios, o dinheiro e a vontade política, mas a CDU foi e é o rosto da incapacidade nesta matéria. Nesta e noutras.

**Flávio Lança (IL)** – Esta proposta representa tudo o que não deve ser feito em política pública, improvisação, endividamento e contradição ideológica até. O Município propõe a aquisição de 24 imóveis já ocupados por famílias da Quinta da Parvoíce, imóveis que arrendava e que agora pretende comprar por 4,5 milhões de euros, com empréstimo a 30 anos e volto a frisar, por que razão um fundo, que era o proprietário, não quis renovar os contratos? Eu deixo aqui esta questão, porque acho que faz todo o sentido. Houve uma renegociação séria? Foi avaliado outra solução? Parece que não.

Há dois imóveis que nem sequer estão no concelho de Setúbal e esta operação, cara e apressada, beneficia diretamente de um fundo privado e aqui está o tema ideológico, o mesmo fundo que a CDU tanto gosta de criticar nos seus discursos.

Dizem que as casas serão usadas para renda acessível, mas mais uma vez reforço, que não sabemos quantas pessoas vão pagar e quem é que poderá concorrer. Agora o mais grave, o Programa 1º Direito permitia exatamente este tipo de operação, compra de casas no mercado para realojamento com financiamento a fundo perdido e o Município de Setúbal podia ter feito esta operação sem um único euro de dívida, podia ter submetido uma candidatura até 31 de dezembro de 2025 garantindo financiamento europeu para responder à mesma necessidade, mas não o fez ou se fez não o diz. E isto é incompreensível.

O Governo paga, a Europa paga, mas a CDU prefere que sejam os setubalenses a pagar com dívida até 2055. A Iniciativa Liberal vota contra esta deliberação, porque Setúbal merece soluções com visão e responsabilidade, não improvisado, dívida e opacidade.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Irei começar por lembrar que, durante a gestão CDU, e vou citar Carlos Sousa, Maria das Dores Meira e agora André Martins, não foi construída uma única habitação social, pelo contrário, ainda venderam parte das existentes. Lembrar, também, que este flagelo das barracas não para de aumentar em várias zonas da cidade.



Mas indo diretamente ao ponto que estamos aqui a discutir, no âmbito do Programa da Porta de Entrada foram realojados 72 agregados familiares provenientes da Quinta da Parvoíce, sendo que destas 24 famílias que foram realojadas através da celebração de contratos com o HIPOGES como está na proposta, e muito bem, pergunto, qual é a origem das famílias que referem? São refugiados? São famílias que estão numa situação de pobreza extrema? Trabalham? Ficaram desempregados? Ocuparam o espaço da Quinta da Parvoíce, porque sim? Qual foi o critério de avaliação das situações?

Quero, também, perguntar se só existem estas 24 famílias a precisar de casa no concelho de Setúbal?

Há jovens a pedir ajuda? É que é omissa na proposta esta avaliação.

Em meados de abril do corrente ano, o referido fundo deu início aos procedimentos de não renovação dos contratos de arrendamento em vigor, os quais têm como data de término o dia 30 de agosto, como está na proposta. Por força desta decisão, o Município vê-se agora privado de uma solução de alojamento para os seus agregados que estariam nestas casas.

Pergunto qual o motivo pelo qual os contratos com a IPOGES não foram renovados previamente ou negociados a longo prazo? Em situação de fragilidade social, que se saiba, poderá não haver lugar a despejo destes inquilinos, portanto, está omissa também.

Como é do conhecimento geral, o mercado de arrendamento atualmente apresenta uma escassez de imóveis disponíveis em quantidade suficiente, bem como os preços compatíveis com as condições estabelecidas pelo IRHU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Esta conjuntura impede que o Município possa, em tempo útil, celebrar novos contratos de arrendamento que permitam o realojamento de todas as famílias afetadas, na medida em que não dispõe de recursos imobiliários adequados e disponíveis no mercado.

É sempre um problema a questão da habitação, mas pergunto, durante todos estes anos de gestão comunista o que fizeram em relação a este assunto?

Que se saiba, o último diagnóstico data de 2021, existe mais algum? Que medidas tomaram?

Analisando esta proposta mais a fundo, é fácil perceber que há falta de estratégia, falta de utilização dos fundos do PRR, falta de utilização dos recursos públicos e ausência de visão a longo prazo que já vai longo. Fundos do PRR, que tem feito este executivo em relação à construção de habitação a custos controlados? Ao que parece, nada. Não só para famílias em risco, mas também para os nossos jovens. Convém lembrar os nossos jovens, muitos deles não conseguem comprar casa e outros têm de sair da cidade se querem ter a sua 1ª habitação, porque não ganham o suficiente para comprar uma casa por causa dos preços especulativos do mercado. Sim! Os preços exorbitantes agravados pelo fantasma do direito de preferência que poderá ser exercido pela Câmara ou ainda estarem a ser publicitados pela HIPOGES no mercado com aviso de que estão arrendados pelo Município e que poderão vir mesmo a ser comprados causando ainda mais escassez de oferta.

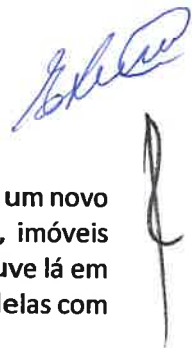
Aproveito para perguntar a este executivo, que justificação vão arranjar para exercer o vosso direito neste caso? Porque são inquilinos? São zonas de pressão urbana? São em zona histórica da cidade? Estes imóveis estão dispersos pela cidade e alguns deles até estão vazios a precisar de obras, mas existem outras questões e considerações. A Câmara tem terrenos, certo? Porque não foram utilizados para construção de habitação acessível ou para realojamentos? Agora que se fala tanto no PRR, quantas candidaturas para este tipo de construção foram submetidas? Existe ou existiu algum concurso público?

Quero, também, lembrar que os 4 milhões e meio que querem gastar para a compra destas casas, não é vosso, são das famílias de Setúbal que têm dificuldades e filhos à procura de casa e ao ver uma coisa destas, o preço que querem pagar por estas casas, algumas delas, apesar de reabilitação, o que lhes resta é a própria revolta, ou seja, está-se a pagar por estas casas a preço de mercado, há casas destas que, inclusivamente, têm garagem, portanto, isto é um luxo sem dúvida.

Depois, não se admirem com os resultados eleitorais, da nossa parte estamos de consciência tranquila.

Sendo assim, recomendamos que este executivo apresente urgentemente um Plano de Habitação Municipal atualizado, com base nos seus ativos e linhas de financiamento disponíveis para que se garanta o rigor, a transparência e a responsabilidade de decisão perante os munícipes e o Tribunal de Contas.

Provavelmente, não ganharão as próximas eleições autárquicas, mas por favor, não endividem ainda mais os setubalenses e os azeitonenses com medidas de curto prazo resultantes da falta de estratégia e visão para o futuro.



**Luís Maurício (CH)** – Fomos uma vez mais confrontados com uma proposta do executivo para contrair um novo empréstimo, desta vez no valor de 4,5 milhões de euros com o objetivo de adquirir 24 habitações, imóveis cujos preços oscilam entre 150/200 mil euros cada um ou mais. Vou voltar a referir para quem nos ouve lá em casa, são imóveis cujo custo mais barato são de 150 mil e o custo mais caro mais de 200 mil, muitas delas com garagens e tudo. Vejam por onde já anda este executivo.

A justificação apresentada prende-se com a necessidade de realojar os moradores da Quinta da Parvoíce, no entanto, importa sublinhar que o executivo não apresentou qualquer regulamento que defina critérios de atribuição destas casas, não sabemos quem terá acesso, com que base de critérios, nem qual será o valor das rendas consideradas acessíveis. Não há qualquer garantia que o processo seja justo, transparente e verdadeiramente orientado. Além disso, o argumento que este empréstimo, com um prazo de 30 anos, será liquidado sem custos para a Câmara, o que levanta sérias dúvidas.

Basta fazer as contas, para garantir o pagamento integral do empréstimo, cada inquilino teria de pagar uma média de 600/700 euros por mês, mas como podem as famílias da Quinta da Parvoíce, que muitas vezes mal conseguem cobrir despesas básicas, suportar este encargo?

Quando confrontado, o executivo limitou-se a afirmar que nos primeiros 3 anos os moradores apenas pagarão os juros, uma resposta vaga que não resolve o problema, apenas adia. A verdade é dura e este processo cheira a mais um negócio mal explicado, feito à pressa, sem transparência, sem estratégia e acima de tudo sem justiça social. Tememos, e com razão, que estas empresas públicas acabem, como já aconteceu tantas vezes, nas mãos dos mesmos de sempre, com esquemas de favorecimento sem qualquer critério, sem qualquer objetivo. Não contem com o CHEGA para compactuar com este tipo de soluções apressadas, opacas e socialmente injustas. A bancada do partido CHEGA vai votar contra esta proposta, não por falta de sensibilidade social, pelo contrário, votamos contra porque esta proposta não resolve nada, não protege os mais vulneráveis e representa um risco financeiro sério para o Município.

É tempo de acabar com a política do improvisado, das meias-verdades, dos negócios captados e Setúbal merece ser tratada com mais seriedade e aqui estamos nós e vamos exigir.

**Vítor Rosa (BE)** – Para uma posição politicamente fundamentada sobre esta proposta de compra de fogos onde vivem 24 famílias a uma sociedade gestora de fundos de investimento, é importante enquadrá-la nas soluções habitacionais aprovadas pelo Município de Setúbal, no âmbito do 1º Direito.

Este 1º Direito, programa de acesso a uma habitação digna, foi criado em 2018 na sequência do projeto de resolução 427, apresentado no Parlamento pelo Bloco de Esquerda em julho de 2016, a que se seguiram projetos de outras forças políticas, o PSD, o CDS e o PCP.

O Município de Setúbal, após ter contratado uma consultora privada, a CORPLANE, para a elaboração da sua Estratégia Local de Habitação, aprovou esse documento a 24 de setembro de 2020, no qual previa respostas para 1.543 famílias, com um gasto global de 22 milhões de euros, mas a única solução a promover diretamente pelo Município era a realização de obras de conservação e requalificação de todas as casas municipais.

A construção de novas habitações seria, por promoção do IHRU, deixando sem resposta as mais de 1.300 famílias que se encontravam em situação de grande vulnerabilidade social e habitacional. Mais tarde, em novembro de 2021, o Município de Setúbal aprovou uma alteração à sua Estratégia Local de Habitação, alargando soluções habitacionais para 2.403 agregados familiares que vivem em condições habitacionais indignas no Município, colocando como primeira prioridade a resposta da obra de conservação e requalificação na totalidade das 1.578 habitações municipais.

Foi, também, prevista pelo Município a construção de 538 fogos, Quinta da Parvoíce e Bela Vista, A1, A2, A3 e A4, e mais 35 respostas para vítimas de violência doméstica e outras em situação de vulnerabilidade social, conforme aponta o 1º Direito. Após a concretização das soluções habitacionais previstas, haverá 2.410 fogos municipais que correspondem a 3,75% do total de alojamentos, 64.174, calculados pelo INE em 2021 no concelho de Setúbal. Juntando as 795 casas a construir por promoção do IHRU, o total de habitação pública na cidade de Setúbal, 3.205, passará a representar apenas e só 5% dos alojamentos existentes no concelho.

Uma proporção de habitação social muito aquém das respostas habitacionais necessárias e também muito abaixo dos números de habitação social em várias cidades da Europa, como Amesterdão com 42%, Haia a 31%, Lince 54%, Lyon 18%, Paris 25%, Roterdão 44%, ou Viana 43%. Resumindo, muita parra para pouca uva para a resposta necessária de habitação no nosso concelho. Contudo, sendo urgente garantir um teto aos seus atuais inquilinos, o Bloco irá abster-se nesta deliberação.

**Mariana Crespo (PAN)** – O PAN, considera no geral positivo, que o Município de Setúbal avance com a aquisição de 24 apartamentos para arrendamento acessível, assim como, quaisquer outras propostas que promovam a habitação pública.

Consideramos que esta é uma medida necessária num contexto de agravamento da crise habitacional que tem vindo a excluir cada vez mais pessoas do acesso a uma habitação condigna, especialmente, jovens, famílias com baixos rendimentos e idosos.

Apesar de meritória, uma decisão deste tipo tem que naturalmente de ser acompanhada de garantias mais claras, tais como, a transparência total no processo de aquisição, nomeadamente, nos critérios de escolha, a justiça social na atribuição, em que os critérios de acesso devem ser públicos objetivos e centrados nas pessoas que mais precisam, e, sobretudo que esta ação integre uma estratégia municipal mais ampla para a habitação, com medidas estruturais, como a reabilitação do património público devoluto e a promoção de soluções habitacionais cooperativas e comunitárias.

No entanto, encaramos com preocupação o destino específico dos atuais inquilinos destes fogos habitacionais, e para os quais, como se verificou em reunião de comissão especializada, não está totalmente garantida a acessibilidade à habitação em que agora residem, parecendo assim protelar um problema atual para uma decisão futura, motivo pelo qual nos iremos abster na presente votação.

**Vereador Carlos Rabaçal** – A pretexto de uma proposta muito simples e muito direta, veio uma panóplia de questões que não tem nada a ver com a proposta.

Eu até era capaz de propor, que pudéssemos agendar novamente uma Assembleia Municipal, para conversar sobre a habitação, com calma, sobre os vários aspetos da habitação, muita coisa que foi aqui colocada, e eu creio que, por vezes, parece que alguns dos deputados municipais que falaram aqui não tem estado nas reuniões, não têm ouvido, não têm percebido, não têm acompanhado os trabalhos da Assembleia, visto que colocam “coisas”, que têm sido ditas, faladas, conversadas, aprovadas aqui, e que parece que não viram passar nada à frente. Portanto, de qualquer maneira, eu ia focar-me primeiro na proposta, depois dizer mais uma ou outra consideração, mas creio que a questão mais relevante é a seguinte, nós estamos a tratar de um Programa, que se chama “Porta de Entrada”, não tem nada a ver com a “Renda Acessível”, “Renda Apoiada”, “1.º Direito”, não tem nada a ver com isso, “Porta de Entrada”, que é um “Programa de Emergência”, para situações de emergência, e que foi adotado pelo IRHU, por proposta da Câmara, em conjunto, para obviar, a uma hipotética catástrofe, que podia acontecer na Quinta da Parvoíce, com a derrocada da encosta, com incêndios que tinham-se verificado, com a insalubridade, com o risco para a saúde, etc., e na altura, fundamentamos, nós, Câmara, Proteção Civil e o Sistema de Saúde e a Área Social, fundamentamos a nossa proposta para ter acesso a este Programa “Porta de Entrada”, que é um Programa de difícil acesso, portanto, é um Programa, que tinha sido utilizado, de uma forma significativa, para 12 famílias na Madeira, numa situação de inundações e enxurradas, etc., nunca tinha sido ativado na sua dimensão total.

Portanto, foi aceite essa proposta e isso levou ao realojamento das 72 famílias que viviam na Quinta da Parvoíce, o objetivo era eliminar o Bairro de barracas. Portanto, o critério de acesso, que foi aqui perguntado, essa solução, são as pessoas identificadas e registadas moradoras nos Bairros de barracas da Quinta da Parvoíce em Setúbal, e que foi, entretanto, eliminado. Tratava-se de eliminar as barracas, alojando as pessoas, aliás, é importante saber-se que, em geral, os nossos pares da Área Metropolitana, de todos os Municípios, consideram que o caso do realojamento e da eliminação do Bairro de barracas da Quinta da Parvoíce, foi um caso exemplar de organização e de solução habitacional para as pessoas, previamente à demolição das barracas e a um comportamento profundamente humano e profundamente protetor das pessoas que estavam naquela situação que tinha que ser resolvida.

Posto isto, durante dois anos, andamos no mercado à procura de habitações para alojar as pessoas, e, eu já aqui numa reunião anterior, aliás, duas reuniões anteriores, coloquei a um senhor vereador, que colocou a questão, “porque é que não foram alugar aqui e acolá”, “porque é que não andaram mais rápido”, eu até lhe perguntei, ele ficou zangado comigo, se ele tinha condição para detetar casas para nós alugarmos, ou casas para nós comprarmos e, sobretudo comprar, eu até lhe disse que compramos logo, diga-nos quais são as casas? Disse: “... não sou agente imobiliário!” Porque é que ele não é agente imobiliário? Porque nenhum de nós é agente imobiliário! Mas se, qualquer um de nós for tentar alugar uma casa em Setúbal, vai ter muita dificuldade, e na altura em que nós iniciámos este processo do “Porta de Entrada”, não havia casas para alugar. Então apareceu-nos um Fundo, que disse que tinha casas para alugar, nós tentamos comprar, e o Fundo, disse não, a nossa política não é vender, é alugar, e nós tivemos de alugar, e alugamos a preços por vezes não muito simpáticos, mas alugamos, para acabar com aquele Bairro de barracas.

O que é que acontece agora, na altura, e é por essa questão, e isto é que tem que ver com esta proposta, quando vamos renovar os contratos, o Fundo, diz, “o Fundo mudou a sua política, neste momento quer vender”, e nós só tínhamos duas hipóteses ou comprávamos aquelas, ou íamos à procura de outras, para comprar ou para alugar. Fomos à procura e não há! E eu, volto a dizer o que disse aquele senhor Vereador, nesta Assembleia toda, quem for capaz de encontrar casas em condições, para estes parâmetros, ou para alugar ou comprar, eu agradeço! Porque a nós dá-nos uma ajuda fabulosa, não só para este caso, como mesmo para outros casos, nós procuramos intensamente e não encontramos, portanto, este Fundo, decidiu vender, porque se eles decidissem manter a sua política de aluguer, nós não estávamos a comprar, mantinha-se a situação de aluguer.

Isto tem que ver com a necessidade de manter essas pessoas alojadas, é uma questão de humanidade básica, mantê-las alojadas num alojamento capaz.

Ora, nós fomos à procura de outros alojamentos alternativos a estes e não encontramos, então tivemos que comprar estes, e vamos comprá-los, e eles depois de concluir-se, o Programa “Porta de Entrada”, a nossa perspetiva, é eles serem colocados para a “Renda Acessível”, e não para a “Renda Apoiada”. Porquê? Porque o que está previsto é serem construídas novas habitações para as famílias que estão no “Porta de Entrada”, e isto é um processo que está em curso com o IRHU.

A “Renda Acessível”, irá permitir à Câmara, depois, equilibrar as contas desta aquisição, de qualquer maneira até esse momento, isto é, até ao fim do Programa “Porta de Entrada”, essas habitações, mantêm-se no Programa “Porta de Entrada”, e não tem qualquer outra finalidade. Portanto, era esta questão, é o que tem a ver com a proposta, e o que se propõe aqui no fundo, é que, tendo em conta que não há vontade da Entidade que nos alugou, de voltar a alugar, tendo em conta que essa Entidade disse, que agora, tem uma política de venda e tendo em conta que não encontramos no mercado, soluções para essas 24 e por outras que vão aparecer quando começarem a acabar os contratos, a intenção foi então resolver o problema comprando, enriquecendo o património municipal e colocando depois essas habitações, quando acabar o programa, insisto, quando acabar o programa, para “Renda Acessível”, equilibrando assim um pouco as contas.

Portanto, eu creio que isto é simples, é elementar, é uma resposta concreta, não tem nada a ver com estratégias e loucuras que aqui foram faladas, é uma questão prática que tem de ser resolvida!

Se, alguém aqui nesta mesa, tem uma solução melhor do que esta, nós procuramos encontrá-la e vamos por aí fora, neste momento, nós procuramos e não encontramos, portanto, esta é a solução que nós entendemos, e por isso vem aqui esta proposta, nós não estamos propriamente a gastar dinheiro, só porque nos apetece, é porque é indispensável fazê-lo, portanto, esta era a questão principal, que eu acho que era bom clarificar, que não há aqui qualquer mistura deste programa com os outros programas, não tem nada que ver, portanto, estamos aqui a discutir coisas que não tem nada que ver.

Outra questão que eu queria colocar, é a seguinte, há muita coisa, eu insisto nesta ideia, que era bom fazermos uma reunião, se houver vontade da Assembleia, para discutir habitação, porque há muita coisa que está por resolver em Setúbal, e no País, porque o Governo do Partido Socialista, não aprovou os projetos em tempo útil, ainda tem projetos há mais de 2 anos para aprovar, e depois disso, vem o Governo do PSD, que também não aprovou.

Fez uma ronda rápida de aprovação de uma série de coisas e o resto está para aprovar, designadamente a construção nova, portanto, eu acho que, para se perceber isto tudo, convinha talvez ter uma boa reunião para se “pôr os pontos nos ls”, e cada um, quando falar, saber o que é que está a dizer, e pôr os pés na realidade que temos, e não na teoria, teorizada das hipóteses teóricas, temos que olhar para a questão prática, concreta que temos aqui em cima da mesa.

Eu acho que esta questão das habitações que não se fizeram, não fez a Câmara de Setúbal, como não fez os outros Municípios! Porquê? Porque compete ao Estado fazer! Porquê? Porque quando o PS, fez em Setúbal, fizeram todos os Municípios do País, com o dinheiro na altura do tempo do Cavaco Silva, do PER, e depois disso, não houve mais casas nenhuma, nem antes, nem depois, e agora há PRR, e agora há casas outra vez, quer dizer é uma conversa permanente.

Insisto, é uma discussão para fazer com mais calma e com mais tempo.

Queria deixar aqui uma nota muito importante, queria agradecer ao senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda, Vítor, de ter relembrado toda a Estratégia Local, que, aliás, foi das primeiras do País a ser aprovada, das primeiras vinte, e mais, Setúbal, foi no “1.º Direito”, dos primeiros seis Municípios a ter apoio, portanto, está muito mal informado, pode ir à procura de informação melhor. No País há 2% de habitação, nós temos 3,5%, com estas propostas que aí estão, passamos a ter 5%, ficamos muito, aliás, ficamos dentro do parâmetro que foi apontado pelo Governo do PS, na altura que ia atingir os 5%. Agora, é preciso tornar claro o seguinte, esse patamar ia ser atingido com o PRR, o PRR Habitação, 1.200 milhões de euros para 5 anos para atingir os 5%, e que avalia 40 anos de investimento, conversa! Os projetos todos que aí estão, “n” projetos, dos mais diversos tipos, que podemos ver, ação a ação, proposta a proposta quantas casas deram?

Conversa, conversa, conversa, a única coisa que eu queria deixar aqui para concluir, é o seguinte, o PCP fez uma proposta de aplicar 1% do PIB na habitação, 1% do PIB, para comprar, para reabilitar e para construir, 1%, quem sabe de contas, sabe que 1% do PIB são 10 vezes o PRR, 1% do PIB é em cada ano, 2 vezes 5 anos do PRR, essa proposta sim, é uma proposta robusta que cria meios e recursos financeiros para atacar o problema, que é resolver o problema de todos os excluídos da habitação privada, seja de arrendamento, seja do mercado de arrendamento, seja do mercado de compra, todos os excluídos, os muito pobres, os assim-assim e até alguns com muito dinheiro que já não tem acesso à habitação, portanto, essa é que é uma proposta robusta séria e consistente que tem que ser devidamente explorada e desenvolvida, esperemos que o Governo aceite essa proposta, pôr 1% do PIB para habitação, isso sim é qualquer coisa de substantivo e poderoso para atacar a questão.

Mas insisto no seguinte, o que está aqui em causa é o Programa “Porta de Entrada”, não é a política de habitação, é a resposta de uma situação de emergência para eliminar um Bairro de barracas, num programa que é de emergência, e trata-se agora de garantir que as pessoas continuem a ter alojamento e que não vão para a rua, decorrente da mudança de atitude que o Fundo, que nos alugou as casas, entendeu fazer, e já agora, digo-vos outra coisa, é que ninguém quis alugar as casas aos moradores da Quinta da Parvoíce, ninguém, nem este Fundo.

Tivemos nós que alugar e subalugar, porque a reação de todos aqueles a quem fomos falar, foi não alugar às pessoas que vinham das barracas, é uma indignidade, que nós resolvemos promovendo uma alteração ao Programa “Porta de Entrada”, propusemos ao “Porta de Entrada”, que em vez de ser alugado diretamente às famílias, fosse alugado à Câmara, e que a Câmara pudesse subalugar, porque a Lei não permitia isso, foi feita uma alteração à Lei de propósito, para garantir que as pessoas tinham direito à sua dignidade, portanto, é disto que estamos a tratar hoje.

**Paulo Lopes (PS)** – Eu queria começar pelo final da intervenção do senhor Vereador, Carlos Rabaçal, é exatamente pelas razões que invocou, que o Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta na reunião de câmara, e virá a votar favoravelmente aqui na Assembleia Municipal esta proposta, porque há um problema para resolver, porque há um problema que não tem solução no mercado, porque efetivamente ninguém aluga casas a pessoas no estrato social que estamos aqui a falar, e que a Câmara tem que resolvê-las.

Portanto, é exatamente por isso, pela questão social que está aqui em causa que o Partido Socialista vai acompanhar a votação, mas isso não isenta, como é óbvio, de críticas pela nossa parte, do procedimento que tem estado a ser feito em termos de habitação.

Eu estou totalmente disponível para acompanhar a sua proposta de fazermos uma Assembleia Municipal Extraordinária sobre habitação, para vermos qual foi a Estratégia da Câmara de Setúbal, porque razão é que ainda não há projetos aprovados para construção nova, porque razão é que outros projetos já foram aprovados, muito possivelmente, vamos descobrir, que foi por opções, por opção que a Câmara Municipal teve em recuperar o seu património municipal já edificado, e quando foi para a construção de nova habitação, que essa sim, permite aumentar a oferta, porque nas outras está-se a recuperar casas que estão ocupadas na sua esmagadora maioria, e, portanto, não há aumento da oferta, se tínhamos 1000 ou 2000 agregados familiares, ou 2 mil pessoas em situação de espera, continuamos a tê-las, só com mais oferta é que conseguimos resolver esse problema.

E este é um caminho, este caminho de comprar casas, é um caminho que está a ser feito por vários Municípios, sr. Vereador, há um Município que o senhor conhece muito bem, penso eu, Seixal, optou por essa via e tem estado a comprar casas, utilizando o “Direito de Preferência”, a preços bastante interessantes, há uns anos atrás, para aquilo que se pratica hoje, já fez esse caminho, já percorreu uma parte do caminho.

A Câmara Municipal do Barreiro, “também para não dizer que eu estou a elogiar a CDU, vou elogiar uma Câmara do PS, já agora”, também tem estado a fazer esse caminho, “Câmaras do PSD não existem, portanto, não dá para elogiar”, “aqui no Distrito de Setúbal”.

Isto para dizer o quê? Que são opções!

Nós podemos nessa Assembleia, então discutir, por que razão é que os senhores não quiseram entrar por aqui e apostaram tudo numa solução, que puseram os ovos todos numa solução e agora não há dinheiro, o PRR esgotou-se, o valor inicial ultrapassou largamente o que estava disponível, porque a inflação da construção disparou, e, portanto, aquilo que era para fazer 26 mil casas, hoje já não dá nem para fazer se calhar metade. Há muito caminho por fazer, não é uma solução nada, nada fácil, mas se nós não nos pusermos ao caminho também não lá chegamos, e a nossa interpretação é que a Câmara, aqui, tem culpas em não se ter posto ao caminho em soluções que podiam dar resposta imediata, que foi aquilo que outros Municípios já fizeram.

**Presidente da Mesa** - Eu aproveito a oportunidade, uma vez que o senhor deputado expressou a aceitação desta ideia.

**Paulo Lopes (PS)** – Podemos falar na Comissão Permanente

**Presidente da Mesa** - Claro que podemos, mas podemos adiantar, naturalmente...

A Comissão Permanente vai ser realizada antes da próxima reunião ordinária, mas temos prevista também, a reunião do “*Debate do Estado do Município*” para o dia 18 de julho, pode-se enquadrar nessa discussão, porque é uma matéria central da Política Municipal e da Política do país, ou pode haver outra, mas se os senhores deputados, quiserem pronunciar-se quanto a esta discussão específica, era bom irem formando ideias.

**Rui Lamim (PSD)** – Este Município podia ter exercido o “*Direito de Preferência*” na venda de casas no Município, e não o fez!

Não o fez, e agora, vai comprar “à bruta” um pacote de habitação para resolver o problema, no final de contas da Quinta da Parvoíce, um Bairro de barracas, que desapareceu, mas esse Bairro de barracas, outro Bairro de barracas continua a crescer, aquele ao pé das Piscinas Municipais, este é um passivo que este Município não vai resolver neste Mandato, e que vai deixar para o Mandato futuro, para os próximos Autarcas resolverem. Zero casas, é a marca da CDU durante estes anos todos, Carlos de Sousa, Dores Meira e André Martins, não construíram uma casa, não compraram uma casa, venderam algumas, e deixam as barracas proliferar no Concelho, é mau demais.

**Eduardo Pinto (PSD)** - Quero esclarecer aqui um bocadinho, o que é o “Porta de Entrada”.

Em que situações é atribuído este apoio?

O apoio é concedido a pessoas e famílias que sejam privadas do uso da sua habitação permanente, devido a acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis, ou excecionais, como catástrofes ou movimentos migratórios, por exemplo.

É igualmente aplicável a quem se encontra na iminência de ficar nessa situação pelo facto da habitação se encontrar em situação de risco, insalubridade ou insegurança.  
Ou seja, não me parece ser bem a situação que está aqui em causa, no entanto deixo isso para melhor análise.

*Ouve-se burburinhos e risos na sala.*

**Eduardo Pinto (PSD)** - E não se riam, que isto é muito sério...

**Presidente da Mesa** – E é mesmo, sr. deputado, e então se considerarmos que os habitantes do Bairro da Quinta da Parvoíce, daquele Bairro de lata da Quinta da Parvoíce, não estavam nessas condições, é de facto, um erro de perspetiva grande.

**Eduardo Pinto (PSD)** - Já agora se me permite, quantos ucranianos beneficiaram de habitação social em Setúbal?

**Vitor Rosa (BE)** - Sr. Presidente, só para dizer que estou de acordo relativamente a fazermos uma Assembleia Municipal Extraordinária, para discutir, de facto, a questão da habitação.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Queria dizer, ao senhor deputado do PSD, que falou dos ucranianos, que qualquer pessoa residente em Setúbal pelo menos 2 anos tem acesso à habitação e qualquer português do País inteiro pode ter acesso à habitação em Setúbal, de acordo com a Constituição, portanto, é assim, não há critérios esquisitos.

E já agora só para dizer o seguinte, quem diz, uma coisa que o próprio Governo reconheceu, e foi discutido com uma visita da Secretária de Estado e até do Ministro, que a situação da Quinta da Parvoíce era ilegível como situação de catástrofe eminente, é quem não percebe nada do que se passava naquele espaço, aquele espaço teve um incêndio, aquele espaço teve enxurradas, aquele espaço tinha uma insalubridade brutal, era uma situação que punha em causa a vida das pessoas, e foi nessa base que fizemos essa proposta, fundamentamos, e o IRHU aceitou, portanto, eu acho que se o senhor deputado tem essa opinião, devia ir contestar essa decisão “*bárbara*” do Governo, de considerar que aquelas pessoas estavam em situação crítica e que mereciam uma situação diferente, recorrendo a um Programa que permitia que isso fosse resolvido, acho isso fantástico, acho que lhe fica muito mal, mas o senhor é que sabe.

Agora só queria deixar aqui mais uma nota sobre a questão das compras de casa, nós tentamos comprar casas, em Setúbal não conseguimos.

Nós temos reuniões regulares e sistemáticas na Área Metropolitana de Lisboa com os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e garanto-vos que nós não estamos nem de perto nem de longe pior do que os outros, estamos melhor do que a maioria deles, em tudo o que é apostas na habitação, portanto, isso é reconhecido por todos, portanto, enfim, vale a pena ao menos falarem com os Municípios com quem trabalham.

Há Municípios que estão a comprar, porque tem casas para comprar, e mesmo assim com muita dificuldade, eu sei de um Município que está a comprar casas, para resolver um problema e está a ser “*atacado*” brutalmente, porque está a comprar devagarinho, porque as casas veem devagarinho, e porque ainda tem casas, mas veem devagarinho. Nós aqui não tínhamos essa hipótese, na altura exploramos o mercado, exploramos intensamente o mercado, têm que respeitar o esforço que fizeram os nossos técnicos no mercado, em todas as mediadoras, em todo o lado, e não se conseguiu encontrar, e se não fosse neste Fundo HIPOGES e mais um outro Fundo, não tínhamos encontrado casas, essa é que é a realidade, e procuramos intensamente aqui em Setúbal, portanto, é só para dizer que, fazer a lista das possibilidades de coisas que podem acontecer, não custa nada, o que custa é avaliar no terreno as prioridades realmente exequíveis.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, eu achava muito bem, fazermos uma Assembleia Extraordinária sobre a Habitação.

Agora, também para responder ao que o senhor vereador, disse há pouco, todos nós conhecemos histórias tristes, há histórias tristes por Setúbal, por todo o lado, há histórias tristes pelo País todo, não são só aquelas famílias que estavam ali que tinham histórias tristes. Era bom que nós fizéssemos uma avaliação, quantas casas estão fechadas na Bela Vista, quantas casas estão fechadas no Bairro Azul e em outros Bairros, e, se calhar, remodelar essas casas, atribuí-las a essas pessoas, se calhar era o mais indicado.

**João Fidalgo (PS)** – Senhor Presidente, peço escusa na votação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco Deputados Municipais, três do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 17 da CDU e 7 do PS, 4 votos contra, 2 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, e 6 abstenções, 4 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Quem votou nesta bancada, neste caso a Rita Sereno e eu, votamos contra esta proposta, porque apesar de reconhecer a urgência de garantir habitação condigna às 24 famílias afetadas, entendemos que esta aquisição pontual, isolada e baseada em financiamento por endividamento, não responde aos problemas estruturais da habitação que afetam profundamente o Concelho. Em particular, também lamentamos que esta proposta ignore a crescente dificuldade de acesso à habitação por parte dos jovens do nosso Município, a ausência de uma estratégia integrada e de políticas estruturadas para habitação acessível e sustentável que incluam novamente os jovens e as novas famílias, teremos aqui uma oportunidade perdida. A solução proposta é reativa dependentemente de um Fundo de Investimento Privado e não reforça o Parque Público Municipal, nem promove condições para arrendamento acessível de forma estrutural e duradoura.”*

**4. Deliberação n.º 23/2025/AM – Deliberação CM n.º 325/2025 – Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**

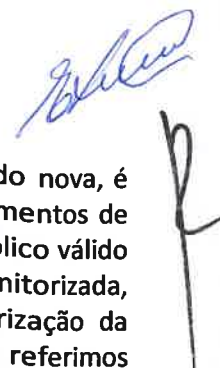
**Joana Tomé (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões seis Deputados Municipais, três do PS, dois do PSD e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

**5. Deliberação n.º 24/2025/AM – Deliberação CM n.º 326/2025 – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2025/26.**

**Joana Tomé (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE, PAN e IL e as abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.



**Paula Soeiro (PSD)** – Para além do que vem meramente expresso nesta proposta, que não sendo nova, é regular, anualmente, gostaríamos de saber se a higiene e limpeza diária e rotineira dos Agrupamentos de Escolas, que passaram a ser da responsabilidade do Executivo, e de onde resultou o concurso público válido por 3 anos com a Empresa TMLJ - Facility Services, Unipessoal Lda., se está a ser devidamente monitorizada, nomeadamente, pelos serviços do Município, pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Implementação e Desenvolvimento do Quadro de Competências, na área da Educação, e quando referimos monitorização, será a que engloba a verificação do trabalho justo e protegido, nomeadamente quanto à existência de seguro, de uso de equipamentos de proteção individual e de segurança, a adequação da natureza da dimensão das tarefas a serem realizadas em determinado período de trabalho, e ainda, o uso de materiais adequados ao serviço a prestar.

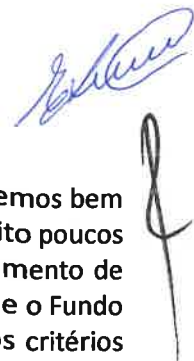
A limpeza escolar não é apenas uma questão de aparência é uma necessidade crítica para a saúde e para a segurança, a limpeza adequada das salas de aula, dos wc's, dos balneários e áreas comuns, contribuem significativamente para a prevenção de doenças, para a melhoria da qualidade do ensino e evidentemente para o bem-estar de todos os seus utentes.

Mas será que esta necessidade básica pode ser cumprida tal como consta no caderno de encargos desta prestação de serviço, e permitam-me aqui um exemplo, no Agrupamento de Escolas, na qual eu sou docente, não usando outros, a Lima de Freitas, diz no caderno de encargos desta prestação de serviços que foi contratualizada, que são atribuídas 3 horas diárias de limpeza, estamos a falar num equipamento que tem entre salas gerais e outras, cerca de 80 espaços, 30 horas diárias que são exercidas por 6 pessoas, com as seguintes especificações de limpeza diária, e permita-me só uns poucos exemplos, são tudo coisas que devem ser feitas diariamente e que constam no caderno de encargos, limpeza do pó, das dedadas nos interruptores de luz, dos compartimentos dos halls, isto são tudo coisas diárias, relativamente às instalações sanitárias, limpeza e desinfeção das instalações sanitárias públicas e privadas, e penso que todos nós concordamos, despejo limpeza e desinfeção de recipientes de lixo, pois, penso que todos nós concordamos, e semanalmente, terá que ser uma desinfeção a fundo das instalações, e muito mais haveria a dizer, mas eu penso que ficaram alguns exemplos, tratando-se aqui de uma delegação de competências do Município para os Diretores de Agrupamentos Escolares, e não sendo esta uma matéria que foi delegada, parece-nos no entanto, à luz desta mesma deliberação, que seria merecedora de uma reflexão, e proposta consequente da alteração para futuros concursos públicos com definição da adequação do caderno de encargos relativamente a esta matéria.

**Presidente da Mesa** – Relembro que estão a deliberar sobre a formalidade de delegação de competências do presidente da Câmara nos diretores de agrupamentos e de escolas.

**Flávio Lança (IL)** – Esta proposta renova efetivamente a delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos Escolares do Concelho, no âmbito da descentralização da Educação, e nós defendemos que uma gestão pública mais próxima, mais ágil e mais eficiente, é o melhor nestas situações, e no entanto, esta delegação só será eficaz, se não for apenas uma transferência de responsabilidades, tem de ser efetivamente uma transferência de capacidade, e ressalvo aqui desde já, porque acho que toda a gente, poderá estar de acordo com este critério que é, as verbas atribuídas poderão sempre ser insuficientes para as necessidades das Escolas. Mas, nós temos aqui uma preocupação, que tem a ver com os critérios de atribuição destes valores, porque não conseguimos encontrar uma explicação cabal sobre a atribuição dos valores e dou um exemplo, porque fiz aqui algumas contas e procurei arranjar aqui alguns dados, o Agrupamento de Santiago receber mais de 5600 euros por mês, enquanto por exemplo, a Escola Dom Manuel Martins recebe 1580, e isto são exemplos, não escolhi estas escolas por nenhum motivo em concreto, mas depois se olharmos para o número de alunos, a Escola do Agrupamento Santiago tem cerca de metade dos alunos da Escola Dom Manuel Martins, eu estive a procurar na DgesT e foram os dados que consegui apurar. E, portanto, o meu tema aqui é, nós estamos a atribuir verbas que já de si podem ser realmente insuficientes, mas não existe um critério que se consiga perceber se as escolas estão a ser eficientes na utilização dessas verbas, se há escolas que precisam de mais verba e não estão a receber essa verba.

Eu gostava de perceber esta distribuição, se fosse possível, e se existem efetivamente critérios na atribuição, porque não consegui encontrá-los nesta proposta, no entanto, nós iremos obviamente acompanhar a proposta.



**Vanessa Silva (CDU)** – A CDU irá naturalmente acompanhar esta proposta que hoje aqui vem, sabemos bem da eficácia das Direções dos Agrupamentos de Escolas e também da Câmara Municipal, que com muito poucos ovos faz uma omelete muito rica, e eu penso que todos conhecemos aquilo que tem sido o Orçamento de Estado, em matéria do processo de Transferência de Competências na Área da Educação, até porque o Fundo de Financiamento da Descentralização e o Fundo Social Municipal concorrem para estas verbas, os critérios que estão definidos em vários casos, vêm aqui referidos mesmo as portarias que identificam os critérios para a transferência de competências, e a verdade é que a nossa maior preocupação é o subfinanciamento global deste processo de transferência.

Portanto, não podíamos deixar de valorizar o esforço que a Câmara Municipal, na sua articulação com os diretores de Agrupamentos de Escolas, faz para que, de facto, as escolas funcionem num quadro que é um quadro muito, muito difícil.

Tenho a expectativa naturalmente, que as preocupações de todos nós possam ter eco futuramente, em valorizações no quadro do Orçamento de Estado, das rubricas que são correspondentes a estes dois Fundos e que poderiam garantir, de facto, um melhor funcionamento da Escola Pública.

**Vice-Presidente da Câmara** – Eu queria começar aqui por esclarecer algumas coisas da proposta, nomeadamente os critérios. Senhor deputado Flávio, o Agrupamento Ordem de Santiago, tem uma Escola 2/3, que é a Escola da Bela Vista, e depois tem uma série de Escolas do 1.º Ciclo, e o número de alunos é substancialmente superior à Escola Secundária Dom Manuel Martins, aliás, a Escola Secundária Dom Manuel Martins é a escola que menos alunos, neste momento, tem no Concelho, também porque é uma escola apenas secundária, não é uma escola agrupada.

Esta Portaria n.º 10, ela especifica exatamente os valores, tendo em conta o número de alunos, é assim que é feita a divisão e é assim que ela é atribuída, neste caso, ela destina-se à aquisição de materiais, quer de laboratório, quer de música, quer de Educação Física e todo o valor que a Câmara recebe transfere para os Agrupamentos, considerando que são os Diretores, os Conselhos Pedagógicos e também os Conselhos Gerais que melhor conhecem a realidade daquilo que são as necessidades em termos de materiais, não obstante, nós também temos feito às nossas expensas outro tipo de reforço nesta área, porque esta portaria é muito insuficiente para as necessidades, por exemplo, nós fizemos um reforço relativamente ao material de Educação Física para a Escola Secundária Bocage, porque praticamente não existia material de Educação Física e esta verba era insuficiente para isso e a Câmara decidiu fazer esse reforço.

A questão das Comunicações aparece aqui com estes valores, porque na altura da transferência de competências, cada Escola fazia os contratos de gestão das Comunicações, fazia da Eletricidade, fazia das Comunicações Móveis e fazia também os Contratos da Água e do Gás. A Câmara Municipal afetou para si a questão dos contratos da eletricidade, da água e do gás, mas relativamente às Comunicações, foi visto dentro do Grupo da Comissão Permanente, que fazia sentido ter em conta as especificidades, se é Agrupamento precisará de ter outras comunicações em outras escolas, e respeitamos isso nos valores em que a escola já gastava na altura.

Qual é que é aqui a questão em relação às comunicações e a tudo o resto, é que estes valores não são atualizados desde 2018, nós estamos em 2025, já percorremos 3 anos de transferência de competências e o resultado disto é, valores não atualizados desde 2018 e um défice para a Câmara Municipal de Setúbal, no caso, de mais de 4 milhões de euros acumulados em toda a área da transferência de competências.

Depois dizer também, e agora respondendo à senhora deputada Paula Soeiro, este material que está aqui de limpeza é para uso da gestão corrente da limpeza, que continua a ser feita nas escolas pelas nossas trabalhadoras assistentes operacionais, porque o facto de as escolas terem empresas de limpeza, não subtrai uma necessidade corrente, nomeadamente, das instalações sanitárias terem que ter uma outra limpeza.

Também temos os Agrupamentos de Escolas, que não têm empresas de limpeza, nas suas Escolas de 1.º Ciclo e, por isso, é necessário também proceder a essas atualizações e as Juntas de Freguesia, também têm por competência essas verbas.

E, por isso, elas são aquilo que refletia mais uma vez, os valores de 2018, era urgente haver estas atualizações, tal como na questão dos transportes para crianças com necessidades específicas, também é urgente serem revistos estes valores.



Havia muitas escolas que tinham empresa de limpeza, quando foi a transferência de competências, a Câmara manteve essas questões, tal e qual não mexeu, o que fez foi, afetou para si e lançou concursos públicos, porque as escolas normalmente faziam ajustes diretos ou consultas e a Câmara desenvolveu procedimentos de concursos públicos por Lotes, portanto, todas estas empresas foram escolhidas por concurso público, isto implica haver um gestor do contrato, a quem tem que ser dada essa responsabilidade, existe uma relação entre as direções ou dos responsáveis da direção e da nossa gestora de contrato que é Dra. Adelaide Fernandes, no caso das empresas de limpeza. Esse contrato está feito exatamente e até foi melhorado em relação a alguns casos, com propostas dos diretores, relativamente aquilo que havia, agora, se há problemas, eles também têm que nos ser transmitidos, eu irei falar com a responsável do Agrupamento para perceber o que é que se pode melhorar, sendo certo que, os contratos que estavam, muitos deles não cobriam na íntegra todos os espaços escolares, e já era assim que vinha, o que eu lhe posso dizer, senhora deputada, é que nós, neste momento, temos um défice também nesta área, porque ninguém concorre aos procedimentos com os valores de 2018 e nós tivemos que subir o valor mínimo, para podermos ter concorrentes e ainda assim não é fácil.

Nós agora temos a decorrer também o concurso para a Escola D. João II, porque foi uma escola que não tendo a empresa de limpeza na altura a funcionar, falou com a Câmara e pediu-nos para fazer um procedimento similar às outras e, portanto, esse nunca concorre ao mesmo tempo dos outros e não é fácil termos concorrentes, portanto, nós alterámos poucas condições do caderno de encargos, porque se tivéssemos uma verba maior, poderíamos exigir também outro tipo de condição na escola.

Neste momento em 2025, com valores de 2018, e que já não são os mesmos, porque a Câmara já assumiu valores extra, há que perceber que é um pouco difícil, ir incluir mais cláusulas nos cadernos de encargos.

Nós temos alguns espaços, nomeadamente os Pavilhões, que são limpos muitas, das vezes pelos nossos trabalhadores com uma atividade muito sobrecarregada.

Esses contratos a maior parte deles ou todos, implicam limpezas profundas durante as interrupções letivas e que nós temos monitorizado, portanto, se tiver a ocorrer alguma questão, nós iremos verificar, iremos tentar resolver, dentro daquilo que são as obrigações e dentro daquilo que são as condições em que os contratos estão feitos.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhor Presidente da Assembleia, permita-me só um pequeno comentário, eu penso que foi evidente que este é um tema merecedor de uma reflexão possivelmente na reunião, mas também sendo membro do Conselho de Educação, possivelmente é um dos temas que poderíamos, às vezes, ter alguma tolerância na nossa intervenção.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do PS, um do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

#### **6. Deliberação n.º 25/2025/AM – Deliberação CM n.º 342/2025 – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

**Rui Lamim (PSD)** – Neste Regulamento, existe uma inovação que deriva da Lei que é a cedência de espaço por parte do promotor, para habitação a custos controlados e de renda acessível, isto é uma introdução de uma regra nova, e isto significa que o promotor vai ter de ceder um bocado do seu espaço e aumentar talvez o índice de construção de toda aquela área.

Qual é o método que o Município na prática vai aplicar? Porque se o construtor cede um bocado, para o Município fazer mais habitação, a soma total em princípio iria crescer, ou não?

É o promotor que deixa de construir tanto para que o índice seja cumprido, enfim, qual é a regra, portanto, isto é, a diminuição da área da construção do promotor, o Município vai pagar ao promotor, porque parece que aumentar o índice de construção não é propriamente a melhor maneira, portanto, a pergunta é esta, o que é que vai acontecer para que fique claro? Qual é o processo que vai ocorrer daqui para o futuro?

**Ilídio Ferreira (PS)** – Nós tivemos oportunidade de discutir e ser esclarecidos pela senhora Vereadora na Comissão sobre alguns dos aspetos desta proposta, pensamos que teria sido útil, porque, se calhar, algumas das questões mais polémicas, ou que nos levantam mais dúvidas, decorre de Legislação aprovada, e, portanto, a Câmara tem que trazer essa Legislação para os seus instrumentos de gestão territorial, como é este regulamento, e teria sido útil que na própria proposta fossem feitas referências a essa legislação, era mais esclarecedor. Posto isto, o que é que nos merece aqui algumas reservas, desde logo, a questão levantada pelo PSD, de que, em operações de loteamento ou com um impacto semelhante, passarem a ser cedidas para habitação, áreas pelos loteadores, para habitação pública a custos controlados ou de arrendamento acessível, isto decorre do Decreto-Lei 10 de 2024, pelo n.º 10 desse artigo 30.º, fica à discricionariedade da Câmara a repartição dos usos nas parcelas a ceder.

A questão em que levantámos a dúvida e não fomos totalmente esclarecidos, é como é que se compatibiliza esta determinação legal com o índice de construção, portanto, foi-nos referido que a área de construção para habitação pública, a área de terreno a ceder para habitação pública, conta para o índice, mas esta questão pode levantar problemas, nomeadamente do ponto de vista legal, pensamos nós, ou pelo menos não fomos esclarecidos, ou seja, se houver dois terrenos idênticos e com o mesmo índice de construção, se a Câmara, na sua discricionariedade entender que o terreno A, tem que ceder uma parte do direito de construção para habitação pública, e que o terreno B, não tem que ceder, há aqui uma clara desigualdade, é uma questão que deixo à consideração, ou então não estamos a ver bem, portanto, esta é uma 1.ª questão.

O artigo 37.º define a dimensão dos lugares de estacionamento, e esta é uma questão que eu já abordei anteriormente aqui na Câmara, de achar que começam a ser insuficientes as dimensões dos lugares de estacionamento, para veículos ligeiros apontam 5 metros de comprimento, enfim, isso parece-me suficiente, hoje na cidade existem muitos lugares de estacionamento, nomeadamente na área pública que não tem os 5 metros, os carros ficam em cima do passeio ou ficam na faixa de rodagem, mas a partir de agora os 5 metros, agora, os 2 metros e meio de largo parece-me já insuficiente, hoje há muitos carros com cerca de 2 metros de largura, e portanto, fica 1/2 metro para um lado e para o outro e não é suficiente, e, por isso, a gente vê muitas vezes lugares de estacionamento que estão “queimados”, ou seja, estão meio utilizados, quando se está a contar com 2 ou 3 lugares, e está lá 1 carro ou 2, porque, de facto, a largura não dá, ou então, as pessoas para entrarem vão bater no carro do vizinho com as portas, penso que 2 metros e meio, para os carros que temos hoje é claramente insuficiente.

Finalmente, a questão do centro histórico que está no artigo 167.º e seguintes do Regulamento, no anterior REUMS, havia apenas dois artigos sobre os Cascos Históricos, o artigo 66.º e 67.º, o 66.º sobre os trabalhos arqueológicos e o 67.º sobre as operações urbanísticas, a proposta atual tem seis artigos e estes seis artigos são muito mais rígidos, anteriormente, o REUMS, remetia para o Manual de Boas Práticas de Intervenção no Património Histórico, que era onde estavam definidas, digamos, as regras para intervenções de construções ou remodelações no Centro Histórico, este atual REUMS é muito mais objetivo na determinação daquilo que pode ou não pode ser feito, e receamos que ao contrário do se poder e isso ser positivo, poder vir a ter um aspeto negativo na medida em que torna mais inflexível, a posição das equipas que estão a proceder à apreciação dos projetos no Centro Histórico.

Eu, por princípio, ao longo dos anos sempre me manifestei contra a criação de Gabinetes para “isto” e Gabinete “para aquilo” e Gabinete “para o outro”, não vejo necessidade absolutamente nenhuma da existência de um Gabinete para apreciar os projetos do Centro Histórico, é o Arquiteto que deve apreciar no âmbito do Departamento de Urbanismo, em minha opinião, e no que diz respeito a Setúbal, não conheço as pessoas que são responsáveis pelo Gabinete do Centro Histórico, nenhum deles.



Não conheço, sei os nomes de um ou outro, mas não conheço pessoalmente nenhum, mas não gostaria de deixar de dizer aqui que tenho recebido algumas referências, e por documentos a que tive acesso, de que o Gabinete tem sido obstáculo para algumas intervenções no Centro Histórico e tem atrasado alguns processos, e não temos ganho nada com isso, antes pelo contrário.

Gostaria de chamar a atenção para o n.º 11, do artigo 67.º E, que abre a exceção, no que diz respeito às cores dos equipamentos públicos poderem ser pintados de cor diferente, ou seja, diz-se aos privados, “*vocês têm que respeitar as cores que lá estão, nos edifícios originais ou então nos que estão ao lado*”, e depois é a própria Câmara que diz, “*naqueles que são meus eu posso pintar da cor que quero e me apetece*”, não me parece isto razoável e penso que abre a possibilidade de acontecer o que já aconteceu no anterior Mandato, não neste Mandato, mas no anterior, de haver por aí um consultor, e no futuro, podem haver novos consultores, que resolvam começar a pintar os edifícios de preto, ou de vermelho, ou disto e daquilo, o que pode não ser razoável, porque temos aí alguns exemplos, a mim como cidadão, não me parecem muito felizes, aqui mesmo ao lado há um, e portanto, este n.º 11, pode abrir essa possibilidade, de qualquer JM que apareça e que entenda também isso.

Finalmente, gostaria de dizer o seguinte, eu insurgi-me há bocadinho com a intervenção que foi feita pelo Afonso Luz, porque me pareceu injusta e infeliz, e volto ao assunto só para dizer o seguinte, e agora de uma forma mais calma, parecia-me importante que fosse dito o nome que foi insinuado por três razões que vou referir, porque estamos a abrir uma “Caixa de Pandora”, desagradável, Sr. Presidente.

Primeiro, a bancada do PS, já teve dezenas, desde há 40 anos para cá, que eu cá estou, teve aqui dezenas e dezenas de pessoas como deputados municipais, eu, já ouvi vários nomes aí, embora o maioritário seja um, mas já ouvi outros nomes, ou seja, já há nomes de pessoas que começam a andar por aí como envolvidas num assunto que não andaram, porque pelos vistos só um é que poderá andar.

Segunda questão, eu próprio gostaria de saber se, de facto, a pessoa que é dita, ou que é insinuada, foi de facto, membro desta Assembleia, embora isso não seja muito relevante, por curiosidade.

E terceiro aspeto, acho que a pessoa em causa tem direito a ela própria defender-se, até porque, eu tomarei a iniciativa pessoal quando souber quem é, de falar com a pessoa, e dizer-lhe, mais que não seja, dizer-lhe assim, “*estás a cometer uma ilegalidade ou estás a ser conivente com uma ilegalidade e que está a ser mau para a tua cidade*”, julgo que é obrigação minha, por uma pessoa que já teve aqui nesta bancada, pelos vistos, portanto, mais uma vez, eu digo, Afonso Luz, mande para cá o nome, se não quiser publicamente, diga-me a mim no final.

**Presidente da Mesa** – Está feita a intervenção sobre o Regulamento de Urbanização e Edificação, e está feito sobre reparo, a relação à questão anterior, tratam disso, mas os nomes e os responsáveis virão a público brevemente, porque há audiências oficiais a fazer, vai saber-se quem é, que faz ou não faz.

**Afonso Luz (CDU)** – Como fui interpelado diretamente, eu entendo que não devo aqui dizer exatamente quem é, podemos ter essa conversa, aliás, a pessoa é apresentada numa destas reportagens, que já houve mais que uma reportagem, é apresentada como Diretor do Ambiente, mas nem sei se de facto, é Diretor do Ambiente. Depois o deputado, Ilídio, referiu aqui que gostaria de estar com essa pessoa para lhe dizer que está a cometer ilegalidades, eu não falei aqui em ilegalidades, as ilegalidades estão a ser apuradas, eu não sei se há ilegalidades ou não. Não fui eu que disse que havia ilegalidades, mas podemos conversar sobre isso.

**Vereadora Ana Rita Carvalho** – Eu antes de mais queria começar por dizer, que obviamente todas as questões são legítimas, todas as dúvidas são legítimas, mas considero que devem ser colocadas no momento certo.

Este regulamento foi aprovado em reunião de câmara e esteve em discussão pública durante 30 dias.

No período de 30 dias, não foram recebidos nenhuns contributos, nem questões, e houve uma Comissão da Assembleia Municipal, a Comissão de Urbanismo, da Assembleia Municipal, em que estas mesmas questões foram colocadas e respondidas.

Ainda assim, eu darei novamente a resposta, de qualquer forma, são questões tardias, parece-me na minha opinião.

Relativamente ao dimensionamento dos lugares de estacionamento, há uma série de Normas que estão neste regulamento, como estão noutros que, na nossa opinião, enquanto, na elaboração deste documento, devem ser reafirmadas ainda que elas derivem de outras Normas, e de outras Legislações, ou de outros Regulamentos, portanto, relativamente à dimensão dos estacionamentos, são as recomendações que estão nas normas técnicas do IMT, tal como nos passeios, as ciclovias, uma série de normas nas questões da Mobilidade.

Relativamente, ao capítulo e aos artigos específicos do Centro Histórico, foi explicado também na Comissão, deriva este Regulamento, é agora proposta a sua publicação, porque ele está articulado com a Revisão do Plano Diretor Municipal, e, portanto, a introdução destes capítulos resulta daquilo que é a classificação das orientações, e neste caso específico, da Carta de Património, que está prevista na revisão do Plano Diretor Municipal.

Sobre a habitação a custos controlados, a questão não é sobre habitação a custos controlados, é sobre cedências, a Lei dizia até há 2 anos atrás, que as cedências obrigatórias são para equipamentos ou espaços verdes, atualmente, e bem, na minha opinião, somou, e/ou habitação a custos controlados, portanto, os critérios, a discricionariedade, a apreciação técnica feita pelos funcionários e técnicos do Município, é a mesma que se aplicava quando a cedência obrigatória era para equipamentos ou espaços verdes, obviamente, que haverá situações, tal como a Câmara em determinada situação considera que é necessário espaço verde, ou numa outra situação considera pela envolvente já não é necessário espaço verde, e, portanto, essa discricionariedade é aquilo que é o decurso do trabalho feito pelos nossos arquitetos, nos serviços do centro histórico e nos serviços da gestão urbanística. Relativamente ao centro histórico, vale a pena também fazer a referência, eu às vezes, acho que os nomes importam muito, outras vezes são relativos, este Gabinete do Centro Histórico, existente na Câmara, não tem única e exclusivamente a competência da apreciação de processos, tem mais competências, para além disso, daí, a justificação da sua existência.

Penso que as questões são respondidas, duplamente, senhor Presidente.

**Paulo Lopes (PS)** – Vou querer interpelar a Sra. Vereadora, no seguinte, aquilo que o deputado, Ilídio Ferreira, perguntou, e que eu queria reforçar, porque não percebi da sua resposta, é o seguinte. As parcelas de cedências para zonas verdes e equipamentos, antes tinha um rácio, era X metros por cada (...), agora coloca-se para a habitação pública, e/ou habitação pública.

Ninguém está contra a inclusão deste conceito, que fique claro!

O que nós estamos aqui a perguntar, é qual é o rácio, é o mesmo que se aplica para um equipamento?

Se for o mesmo também, devo dizer que é muito pouco! Porque o rácio nestas coisas, num loteamento, não vai dar para fazer muitas casas, se pensam que isto vai dar para fazer lotes com muitas casas, não vai dar para grande coisa, só vai dar para loteamentos muito grandes, em que o índice sendo maior, permite fazer maior construção.

Portanto, se é o mesmo, está respondido, mas também está respondido no sentido, que não vai dar para fazer grandes alterações, nem grande intervenção em termos daquilo que é a oferta pública municipal de terrenos.

**Vereadora Ana Rita Carvalho** – Acho que a questão ajuda à clarificação das questões anteriormente colocadas, o rácio é o mesmo, precisamente por isso é discricionário, porque 100 metros de cedência para habitação a custos controlados não resolve, não é uma boa solução, mas pode ser para um espaço verde, que colmate um espaço verde já existente, por exemplo, ou que faça complemento de lote, com um lote já existente para equipamento, daí a discricionariedade que tem que caber à Câmara na apreciação das cedências ao Município.

**Presidente da Mesa** – Gostaria de deixar a recomendação, caso seja aprovado, quando o documento fosse para publicação no Diário da República, fosse com a inclusão de um índice, porque acho que é bastante útil para um documento desta natureza.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.


**Presidente da Mesa** – A próxima reunião ordinária será em junho, tínhamos previsto uma data para 27 que é sexta-feira, havia um impedimento, que deixou de haver, entretanto, foi colocada a alternativa para 30 e, portanto, se não houver novos impedimentos para o dia 27, retomaremos a sexta-feira, se estiverem de acordo. Estamos todos de acordo, bom trabalho, boas campanhas e até dia 27.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e vinte e sete minutos do dia 30 de maio, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de 27 de junho de dois mil e vinte e cinco, contém vinte e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



---

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



---

Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.  
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*